

As conexões da linguagem entre a literatura e o ensino na Alesc

Laura Josani Andrade Correa

Doutora em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Chefe de Pesquisa e Produção do Conhecimento da Escola da ALESC

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2034-5711>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2153965094071327>

E-mail: laurajosani@gmail.com

Jussie Sedrez Chaves

Mestrando em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Especialista em Comunicação Eleitoral e Marketing Político pela Universidade Estácio de Sá

Especialista em Gestão de Pessoas com Ênfase em Comportamento e Desenvolvimento Humano por Competência pela Faculdade Dom Bosco

Servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Chefe de Comunicação da Escola da ALESC

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4063-0261>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6871127853276337>

E-mail: jussiesc@gmail.com

Data de submissão: 30/04/2020 | Data de aprovação: 29/09/2020

1 Os fios da conexão

Este ensaio apresenta a Escola da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) através das relações entre a literatura e o ensino. Para tanto, a reflexão parte das leituras, das aproximações e das interpretações sobre as interfaces entre a literatura e a educação no Parlamento Catarinense. A elaboração dessa análise é baseada na produção dos autores que é realizada na perspectiva da convergência dessas áreas tão próximas ampliadas pelas percepções e leituras reveladas como constelações de sentidos.

Nesse contexto a literatura atua como uma área de estudos abrangente e interdisciplinar que tem sua materialização nas artes e nas humanidades com as mais variadas textualidades que perpassam o espaço social moderno e contemporâneo. A literatura se encarrega de uma complexidade cultural na qual as linguagens exigem outros desdobramentos teóricos que representam uma intervenção que converge em diferentes áreas do saber. Desse modo, a análise propõe a investigação dessa ligação literatura/educação a partir do arquivo, do tempo e da imagem. O arquivo é revelado pelo registro histórico de documentos sobre a educação na Alesc. O tempo é observado através da relação do Parlamento Catarinense com as atividades de ensino a partir de suas elaborações passado/presente nesses 49 anos, de 1971 até 2020, em especial na legislação que cria o setor de aperfeiçoamento profissional (1971) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Escola do Legislativo, 2014. Por fim, a imagem entra como analogia literária para a conexão estudada.

Assim, o ensaio tem como referência uma das proposições de Walter Benjamin para tratar das mudanças que configuram a modernidade a partir da percepção: a literatura,

sobretudo aquela considerada “menor” (BENJAMIN, 1994). Ele traz os fios multidisciplinares da literatura partindo do menor para o maior, do detalhe ao contexto, apontando a formação do contexto histórico, social, econômico, político e cultural. Além de prezar pela percepção crítica, o filósofo não investiga a partir de um lugar fixo, ele toma a realidade como algo descontínuo e descentralizado. Essa dissolução do centro, utilizada como método, é o que indica seu interesse pelos temas que estão à margem, por uma abordagem política ou artística. Ele se interessa pelas artes “menores”, os relatos, as coleções, a fotografia, os detalhes do dia a dia dos espaços urbanos. Daí foi extraído o método de pensar a educação na Alesc com a literatura a partir de uma palavra até chegar ao contexto histórico da elaboração desses documentos. Justamente essa abordagem que parte do detalhe será realizada no contraponto entre as imagens da educação na Assembleia a ser desenvolvido nos tópicos três e quatro, seguintes à contextualização da memória.

Para evidenciar essa conexão, a educação funciona como uma articulação da palavra ao gesto, como um elemento a ser observado diante do seu aprimoramento. De uma ação que começa pequena e pontual destinada aos servidores do legislativo até a atuação estadual e, em alguns casos, nacional com o ensino a distância, com a formação cidadã voltada para promoção da autonomia de crianças, jovens e adultos.

A educação se caracteriza como partilha da cultura, construção e socialização de saberes, sentires, crenças, valores. É no sentido de preservar e partilhar a cultura que se organiza o processo educativo. Mas ele tem também um caráter transformador. A educação está presente em todas as instituições sociais, como elemento de preservação, e ao mesmo tempo de modificação dos conhecimentos e valores (RIOS, 2011, p. 212).

É com esse olhar transformador da educação, também trazido por Freire (2018) na pedagogia da autonomia, que se elabora esse ensaio que aproxima a educação da literatura. Inicia-se pelas considerações sobre as práticas formativas desenvolvidas no âmbito do Parlamento que mais tarde deram origem à Escola da Alesc, coordenadoria criada pela Resolução Nº 72/2000. Dentre as ações estão a promoção de eventos educacionais diversificados, a maior parte deles presenciais, a organização de ciclos de debates solicitados pelas Comissões Parlamentares. As formações cidadãs para crianças, jovens e adultos que são ofertadas periodicamente e demais palestras e seminários sobre temas do legislativo para parlamentares e assessores e ainda cursos na modalidade a distância. Além das formações de qualificação profissional e cidadã, a Escola conta com o núcleo de pesquisa sobre o parlamento que tem sua produção pautada pela interdisciplinaridade na literatura, na educação e na comunicação.

No mesmo sentido de analisar a multiplicidade de visões para a educação, Edgar Morin (2010) propõe uma visão que extrapola a noção de disciplina para o ensino, provocando invasões e rupturas das fronteiras disciplinares, um problema de uma disciplina invade a outra causando uma circulação de conceitos que resulta em disciplinas híbridas, que se agregam e aglutinam como uma religação dos saberes destacando a necessidade de

debruçarem-se sobre certo número de características comuns a sistemas complexos, diferentes uns dos outros.

Cabe ressaltar que para essa crítica utilizam-se educação e ensino como conceitos complementares, não como sinônimos, mas para trazer o entendimento da referência à teoria e à prática simultaneamente na relação com a literatura.

A estrutura desse estudo está vinculada ao atravessamento do tempo na linguagem entre a literatura e a educação. O olhar multidisciplinar benjaminiano será o condutor das correlações trazidas pela memória. Assim, a fundamentação teórica será a percepção da literatura a partir da memória em “escavando e recordando” (BENJAMIN, 1987) amparada pela leitura da palavra como imagem em Blanchot (2010) e Didi-Huberman (2010) que leva a imagem dialética (BENJAMIN, 2006; BUCK-MORSS, 2002) formando uma constelação literária para pensar as imagens da educação no Parlamento Catarinense.

O trabalho se enquadraria como um registro da memória no campo nas Ciências da Linguagem. O tema seria as leituras na/da Escola do Legislativo de Santa Catarina e o recorte temático, o objeto de pesquisa, propriamente dito, seriam as conexões literatura e educação observadas desde a inserção do ensino na Assembleia. Assim, o ensaio está organizado em cinco seções: os fios da conexão; a memória da educação no Legislativo Catarinense; a leitura da imagem dialética para a educação no Parlamento de Santa Catarina; a constelação literária da imagem para a educação na Alesc e entre a literatura, a educação e o ensino.

Por fim, acredita-se que o ensaio possa colaborar com pesquisadores que propõem a investigação da literatura e da educação de modo multidisciplinar. Espera-se que possa contribuir com aqueles que se dedicam à produção de conhecimento sobre o legislativo a partir da disponibilização e do registro da memória da Escola do Legislativo de Santa Catarina no sentido de elaborar o passado e aproximar o cidadão do debate político, oferecendo diferentes leituras para uma educação transformadora.

2 A memória da educação no Legislativo Catarinense

A composição desse ensaio se inicia pela noção da memória que registra e anota trazendo o passado para o presente, de acordo com o pensamento de Walter Benjamin. Para o filósofo alemão, que fez de sua própria vida um projeto literário, o presente não existe. João Barrento, escritor português que pesquisa a obra benjaminiana, traz o elemento da atualidade para tratar dessa temporalidade que seria atribuída ao presente. Seria um ‘tempo de agora’ que convoca passado e futuro simultaneamente. Essa atualidade seria um ‘não tempo’, um ‘tempo apressado’ como um choque entre passado e futuro no qual o portal de esclarecimento seria o agora (BARRENTO, 2013, p. 86) uma vez que “não há actualidade sem consciência da dimensão histórica no presente” (2013, p. 87). Para pensar a história da Escola do Legislativo haverá uma busca, uma escavação para encontrar nos registros do tempo a chegada da educação na Assembleia.

Sobre essas inscrições do tempo, Benjamin parte da imagem do solo para tratar da memória em seu texto “*escavando e recordando*”. Para o filósofo, a memória não é um

instrumento para explorar o passado, ela é o meio no qual ocorreu essa vivência, assim como o solo é o meio no qual as cidades estão soterradas. Quem busca a proximidade com o passado deve agir como um escavador. Não deve ter medo de voltar ao mesmo fato, espalhar e revolver como quem escava o solo em busca de uma lembrança arqueológica.

(...) Uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo, fornecer uma imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico não apenas indica as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente (BENJAMIN, 1987, p. 240).

Na esteira do pensamento benjaminiano de que a lembrança será recuperada pela escavação em busca do passado, as tradutoras de Derrida em *“demorar”*, obra na qual o autor estuda Maurice Blanchot em *“O instante de minha morte”*, revelam o entrelaçamento escrita/escavação para romper com o esquecimento:

Há uma longa tradição que ata o escavar ao escrever. Na escavação se pode encontrar a palavra mágica que retira a mortalha do esquecimento e faz os resíduos se tornarem poesia da recordação (entre Freud e Lacan haverá uma hiância intransponível entre uma arqueologia que reconstitui e uma literaterra em que o vazio é escavado pela escrita) (TROCOLI; RODRIGUES, p. 14, in: DERRIDA, 2015).

Portanto, para trazer a memória da Educação no Legislativo é preciso retornar às origens da inserção da educação na Alesc. Essa leitura com base em Benjamin é possibilitada pelo retorno aos arquivos da Casa Parlamentar sobre a educação e a Escola a partir de olhares multidisciplinares. É perceber a literatura através da potência da memória que carrega elementos trazidos pelas idas e vindas do tempo. É a busca por um despertar para a história, a técnica e a política do Legislativo no retorno às origens das práticas educacionais.

3 A leitura da imagem dialética para a educação na Alesc

A menção às origens está apoiada na leitura benjaminiana que faz Didi-Huberman das imagens dialéticas a partir da ‘origem’ como um sintoma, como pré e pós-história, usando a alegoria do ‘turbilhão do rio’ como um processo de formação crítica no qual a perturbação do rio é um movimento dialético que vai do ressurgir de corpos esquecidos à novidade da relação de imagens sempre ‘em vias de nascer’. Desse modo, o entendimento de origem como imagem funcionaria como complemento para a noção de que a palavra também poderia ser imagem, uma vez que “tudo é imagem” (BLANCHOT, 2010, p. 63).

A reunião dos entendimentos de Blanchot (2010) e Didi-Huberman (2010) de que as palavras são imagens aponta para a imagem dialética de Benjamin que envolve uma leitura a partir da inscrição da imagem no tempo, trazendo a demarcação de época que a história pode dar. As imagens do início da educação na Assembleia serão as primeiras a serem lidas uma vez que ler imagens é como passar pelo portal do tempo para buscar o entendimento: o

tempo presente (o tempo da leitura) e o tempo da produção ou captura da imagem (o tempo passado). Portanto, para realizar a leitura dialética é preciso encontrar o agora entre o passado e o presente inscritos na imagem. A imagem dialética carrega a característica de aglutinar por meio da convergência a história, o conhecimento e a imagem germinando no pensamento filosófico. Chegando a uma situação em que não bastem as palavras para o ato de ler, da exaustão das palavras chega-se às imagens.

(...) a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde a encontramos é a linguagem [Despertar] (BENJAMIN, 2006, p. 504).

A leitura de imagens realizada por Susan Buck-Morss considera os diagramas um marco conceitual para pensar as imagens dialéticas de Benjamin no Projeto Passagens. A autora enfatiza que a trama conceitual não é completamente significativa até que seja considerado o segundo nível temporal do *Passagen-Werk*: o próprio período histórico de Benjamin. A estrutura do *Passagen-Werk* deve ser percebida a partir do eixo temporal que conecta o século XIX com o “presente” de Benjamin, dimensão que, ao transformar a representação emblemática em filosofia da história e a imagem histórica em educação política, proporciona a carga explosiva às imagens dialéticas (BUCK-MORSS, 2002, p. 260).

Assim, a retomada da origem se dará pelas imagens trazidas pelo texto legal de implantação da formação regular dos servidores, ou seja, a história da Escola remete à capacitação dos servidores do legislativo com a finalidade de aperfeiçoamento profissional. Os primeiros relatos sobre a educação no Parlamento Catarinense retomam a Lei Estadual nº 1.086, de 22 de janeiro de 1971. Segue trecho da lei: “Aprova a Reforma Administrativa e Reestrutura o Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa..., fundando a Divisão do Pessoal, que atuará na direção coordenação e supervisão para o controle as atividades de recrutamento, seleção e treinamento” (...), entre outras atribuições: “elaborar programas de treinamento e promover cursos que visem adestrar os treinamentos às novas técnicas ou rotinas implantadas”.

A partir desse trecho da lei, o início do ensino poderia ser observado pela dimensão filosófica da crítica literária em Benjamin. Para esse tipo de interpretação, ele traz do surrealismo a leitura do passado como um sonho no qual o velho permanece como ruína e o novo como fragmento. Esse pensamento conduzido entre o ‘despertar’ e a ‘história’ (SARLO, 2013, p. 56). O gesto em si de retornar a esse documento poderia ser apontado como um despertar. Uma vez que não é somente a Lei nº 1.086/1971 que é observada para essa reflexão, é preciso voltar também ao contexto da criação dessa legislação.

Essa opção pela leitura crítica complementa o entendimento sobre as imagens dialéticas benjaminianas uma vez que traz o contraponto da passagem do tempo nas imagens velho/novo. A percepção se apoia no vocabulário remetendo às imagens do período de implantação (1971) da educação na Alesc. Assim, escavando essas lembranças das primeiras iniciativas de formação encontra-se o vocábulo ‘adestrar’, verbo utilizado

principalmente para referir-se ao treinamento de animais, reduzindo as pessoas a seres que seriam amestrados para realizar um bom trabalho ao cumprir ordens, ressaltando os servidores como cumpridores de tarefas, apenas refletindo na lei o que acontecia na época. Assim, o documento apresentava a criação de um setor para promoção de cursos para aperfeiçoamento profissional somente para transmitir o conteúdo técnico sem referência à aprendizagem.

Na década de 1970, o contexto brasileiro era pautado por uma educação tradicional baseado na transferência de conteúdo, na qual o professor é a autoridade em sala de aula. Assim foi elaborado esse documento, de acordo a rigidez da época, com a situação política de não promover o debate em qualquer ambiente, seja educacional ou não. Nesse período fazia parte do currículo nacional do ensino fundamental a disciplina ‘educação moral e cívica’ na educação infantil¹, uma temática que fugia totalmente do cotidiano das crianças, em nome de um regime ditatorial que formava pessoas para que se tornassem obedientes e não questionassem o sistema de governo.

Na busca por uma aproximação com a dimensão filosófica da crítica literária chega-se ao passado através da Lei nº 1.086/1971 na qual o velho é representado pela palavra ‘adestrar’ que seria a ruína, o resquício da ditadura no texto legal que evidencia a dureza que a educação poderia representar naquele período. “A ruína produz a forma presente de uma vida passada, não segundo seu conteúdo ou seu resto, mas segundo seu passado como tal” (SIMMEL, 1907, p. 101, in: ANDRADE, 2016). A imagem ‘adestrar’ seria a ruína com a qual a Escola entra em contato com esse passado na tentativa de superar essa leitura dialeticamente ao modo de uma arqueologia do presente na qual os destroços são apresentados no instante de agora (ANDRADE, 2016, p. 24).

Desse modo, mesmo presenciando o momento histórico do país que evidencia repulsa², por partes de alguns governantes, pelas manifestações artísticas, culturais e científicas, a Escola do Legislativo enfrenta essa retomada do passado a partir da reflexão buscando uma educação norteadada pelo pensamento filosófico dialético.

De volta ao tempo presente no qual a educação tem foco na dinâmica de ensino-aprendizagem que visa a formação de alunos preparados para o pensamento crítico, tem-se o documento pedagógico sobre a missão da Escola de “contribuir para o aperfeiçoamento

¹ Mais informações sobre o tema no artigo: REZENDE, Maria José de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a ditadura militar. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/natalynunes.pdf>

² Optou-se por essa nota na medida em que a leitura oferecida no ensaio está na relação entre literatura e educação no ambiente legislativo, entretanto é afetado pelo contexto nacional do executivo. Então, para uma noção sobre o momento pelo qual passa o país, entre 2018 e 2020, dentre outras declarações de mesma natureza, o presidente alegou que “os livros de alfabetização têm muitas coisas escritas”. Mas não deixou claro qual seria o método de letramento mais adequado. Fica a dúvida sobre o que ele espera de um livro didático. Cabe ressaltar que esse comentário vem de uma pessoa que jamais teve alguma experiência profissional no campo da educação. Mais informações sobre o pronunciamento estão disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51070840>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/01/03/bolsonaro-diz-que-livros-didaticos-tem-muita-coisa-escrita.htm> ; <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-mudanca-em-livros-didaticos-muita-coisa-escrita-tem-que-suavizar-24170001>

do poder legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para cidadania” (PDI, 2014, p. 11). Nessa leitura o novo da educação no Legislativo Catarinense é o documento pedagógico PDI/ 2014, o fragmento é justamente a missão da Escola: a formação cidadã que evidencia a ponderação constante seja na atualização teórica, na troca de experiências no ambiente acadêmico³ e no contato com os participantes que buscam essa formação. O PDI representa um contraponto com a Lei nº 1.086/1971, um aprimoramento da Educação na Alesc. Ele carrega o empenho de todos os trabalhadores envolvidos nas atividades pedagógicas buscando essa transformação de trazer a educação para o contexto da autonomia, da utilização consciente das tecnologias e principalmente da formação cidadã para aproximar a população do debate político.

4 A constelação literária da imagem para a educação na Alesc

Tendo em vista a leitura baseada na aproximação entre palavra/imagem em Blanchot (2010) e Didi-Huberman (2010), a ‘imagem dialética’ de Benjamin (2006) retorna-se a Didi-Huberman (2015) em ‘restituir uma imagem’ desse modo formando uma constelação literária da imagem para pensar educação na Alesc. Ao referir-se a essa restituição o autor explicita o sentido de devolver a imagem como um gesto político de não apropriação, mas de devolução de pontos de vista de modo dialético. Ele exemplifica citando o cineasta alemão Harun Farocki que almeja o fim dos direitos de *copyright* dos arquivos visuais da história, ou seja, para dar a conhecer a história através das imagens, de modo que elas retornem aos cidadãos como uma forma de emancipá-las.

Isto posto, a intenção do presente ensaio é instigar um pensamento constelacional e dialético sobre a educação na Assembleia. É pensar as imagens da educação na Alesc com atenção aos desdobramentos dos contextos históricos da imagem/ruína ‘adestramento’ (1971) até a imagem/fragmento ‘formação cidadã’ (2014) com a percepção aguçada para os movimentos de retorno ao adestramento, neste caso, entendido como um paradoxo ao tratar da educação, uma contradição no sentido de que a educação deve ser libertadora e promover a autonomia e que adestrar significa tolher criticidade e criatividade.

Espera-se que a imagem da Lei de 1971 a partir desse ponto, conforme Didi-Huberman (2015), esteja emancipada para que todos conheçam a condição histórica a qual estava submetida a educação no período de inserção na Casa Legislativa catarinense. Ressalta-se a relevância de ler o adestramento como ruína de um passado que deve ficar para trás. Mas não ao ponto de ser esquecida e abrir a possibilidade para retrocessos. Ela deve ser lembrada para jamais ser repetida, ou seja, estabelecer uma elaboração do passado para preparar instrumentos de análise para esclarecimentos do presente (GAGNEBIN, 2009).

³ O Programa de Sistematização e Produção do Conhecimento tem como um dos componentes o projeto de divulgação científica para disseminar os aprendizados realizados na Escola, em especial, e na Alesc, como um todo. O projeto tem como objetivo além de divulgar, também promover uma oportunidade para analisar as atividades do legislativo a partir de uma visão multidisciplinar.

Partindo dessa leitura, esse passado foi elaborado e na Escola da Alesc essa é uma lembrança que retorna para que a imagem/fragmento da formação cidadã esteja sempre em expansão em todas as ações relacionadas ao ensino. Por isso, para analisar a imagem 'formação cidadã' (2014) destaca-se que a criticidade precisa ser promovida diante de uma educação progressista pautada pelo desenvolvimento da curiosidade e da insatisfação constantes na busca pelo aprendizado (FREIRE, 2018, p. 33). Sobre a potencialidade da crítica evidencia-se a leitura da autora e também crítica cultural:

A semelhança, para Benjamin, não é identidade, porque, se o fosse, perderia o caráter perturbador do parecido para instalar-se no momento reconciliado do igual. Encontrar semelhanças é construir uma imagem crítica (nos dois sentidos da palavra crítica) (SARLO, 2013, p. 62).

Justamente com olhares voltados a capacidade de crítica e reflexão que se dá a análise sobre o passado e o presente, a partir da leitura da imagem dialética na qual a passagem do tempo têm as representações do velho com o 'adestramento' (1971) e do novo com a 'formação cidadã' (2014) chega-se a implantação da Reforma Administrativa pela Resolução DP nº 40, em 1992, a Lei dos recursos humanos sobre o recrutamento e a seleção dos servidores do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa. Na redação da reforma o a expressão 'adestrar' é banida assinalando uma visão mais humanista dos legisladores. No mesmo ano (1992), no mês de outubro, a Resolução nº 1.394/1992 criou a Seção de Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional, que seria subordinada a Divisão de Recursos Humanos. Já a Resolução nº 920/1996 criou o incentivo funcional que assegurava ao servidor uma promoção pela participação em cursos de capacitação para atualização e aperfeiçoamento.

5 Entre a literatura, a educação e o ensino

A partir do incentivo funcional, o principal desdobramento foi a fundação da Escola do Legislativo, no dia 19 de dezembro de 2000. A nomeação da escola foi uma homenagem ao Deputado Lício Mauro da Silveira devido à longa trajetória do parlamentar tanto na educação quanto na política. São quase duas décadas de atividades educacionais da ELSC relatadas para evidenciar as noções complementares: memória/esquecimento. A Escola consolidou-se como um espaço de qualificação profissional, reflexão democrática, formação para cidadania, além de propiciar processos de criação, sistematização e difusão de conhecimentos multidisciplinares sobre o legislativo.

A Escola é organizada em núcleos que atendem às demandas de todo o estado. A divisão considera o público e as atividades a serem realizadas conforme segue: Núcleo de Qualificação Profissional (NQP); Núcleo de Educação para Democracia (NED); Núcleo de Formação Política (NFP); Núcleo de Ensino a Distância (NEAD); Núcleo de Inclusão e Políticas Públicas (NIPP); Núcleo de Pesquisa e Produção de Conhecimento (NPPC); Núcleo de Comunicação, Secretaria Acadêmica e Coordenação que conta com técnicos administrativos,

assessorias pedagógica e jurídica. Entretanto, ainda que exista a divisão por núcleos, os servidores trabalham de modo colaborativo e participativo na realização dos eventos de formação.

Portanto, mesmo que a sua criação remeta ao aperfeiçoamento profissional, as leituras feitas na Escola e que partem dela estão ancoradas na formação cidadã, inclusive nos cursos mais técnicos está presente esse olhar dialético. Espera-se que essa contribuição seja efetiva ao trazer diferentes perspectivas sobre a memória passando pelo demorar entre a palavra e a imagem. Assim, recordar a memória educacional da Alesc através do relato, do registro e das lembranças é elaborar o passado através das conexões literatura e educação.

Referências

ANDRADE, Ana Luíza; CAPELA, Carlos Eduardo; BARROS, Rodrigo Lopes (org.) **Ruinologias: ensaios sobre destroços do presente**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

BARRENTO, João. **Limiares: sobre Walter Benjamin**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita- A palavra plural (palavra de escrita)**. Tradução: Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Escuta, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Escavando e Recordando. Obras Escolhidas II. Rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Passagens**. Tradução: Irene Aron e Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das passagens**. Tradução Ana Luiza Andrade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TROCOLI, Flavia; RODRIGUES, Carla. **Prefácio de 'Demorar: Maurice Banchot'**, in: DERRIDA, Jacques. Demorar: Maurice Banchot. Tradução Flávia Trocoli e Carla Rodrigues, Florianópolis, Editora da UFSC, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos o que nos olha**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Devolver a imagem**. In: ALLOA, Emmanuel (organizador). **Pensar a imagem**. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57ª Edição. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo, SP: Editora 34, 2009.

MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: O desafio para o século XXI**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Ética e Competência**. 20ª Edição São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Professores: autores e atores nos dizeres da escola: a contribuição da reflexão filosófica. IN: SEVERINO, A. J.; ALMEIDA, C. R. S. e LORIERI, M. A. (Orgs.). *Perspectivas da filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTA CATARINA, Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. **Resolução Nº 72/2000**.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. **Lei Estadual nº 1.086/1971**.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. **Resolução DP nº 40/1992**.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. **Resolução nº 1.394/1992**.

_____. Assembleia Legislativa do Estado de /ALESC. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira, 2014/2018.

SARLO, Beatriz. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Tradução: Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

Agradecimentos

Agradecemos aos organizadores da Revista CELTE pelo aceite de nosso trabalho para compor o primeiro volume do periódico. Agradecimento estendido ao Presidente da Alesc, Deputado Julio Garcia, pelo apoio as atividades da Escola do Legislativo, em especial, as que envolvem esse contato próximo com a academia, a Presidente da Escola da Alesc, Deputada Marlene Fengler, aos Diretores Gerais Neroci Raupp Diretor (2018/19) e Maria Natel Scheffer Lorenz (2020) e ao Coordenador da Escola Jonianderson Menezes pelo suporte ao Projeto de Divulgação Acadêmica. Por fim, eu, Laura J. A. Correa, agradeço a professora Dra. Ana Luíza Andrade e ao professor Dr. Yuji Gushiken pela orientação e ensinamentos que me trouxeram até aqui. Eu, Jussie Sedrez Chaves, agradeço a Dra. Laura, colega de carreira no legislativo que iluminou alguns caminhos no começo desse percurso acadêmico e com quem divido as páginas deste e de vários outros artigos e a professora Dra. Maria José Baldessar pela orientação e oportunidade de ingressar como mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como citar

CORREA, Laura J. A.; CHAVES, Jussie S. As conexões da linguagem entre a literatura e o ensino na Alesc. **Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 289-298, jul./dez. 2020.